

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2012

VOLUME I

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

UNIDADE TEMÁTICA

*Práticas avaliativas na disciplina de Matemática:
uma questão diagnóstica*

MARINEZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA – PROFESSORA PDE
MARILIZA SIMONETE PORTELA – ORIENTADORA

ANTONINA
2012

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA**

1 FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Título: Práticas avaliativas na disciplina de Matemática – uma questão diagnóstica	
Autora	Marinez Nascimento de Oliveira
Disciplina/Área (ingresso no PDE)	Matemática
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	CE Moysés Lupion - EFM
Município da escola	Antonina
Núcleo Regional de Educação	Paranaguá
Professor Orientador	Mariliza Simonete Portela
Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR
Resumo	<p>A avaliação, sob o ponto de vista diagnóstico possibilita ao professor ampliar sua percepção sobre aquilo que se ensinou - quantitativa e qualitativamente. Através dos instrumentos e critérios avaliativos, o professor poderá conhecer em que grau e em que nível seus alunos conseguiram apreender os conhecimentos propostos em um determinado período ou ciclo de ensino, podendo, numa relação colaborativa e democrática, conhecer suas limitações e refazer o percurso da aprendizagem com o auxílio seu professor – mediador. A metodologia desta produção pedagógica apresenta, na perspectiva dialética, interesse em compreender os conceitos e práticas avaliativas dos professores de Matemática do Ensino Fundamental, através de reuniões para exposição teórico-conceitual, discussão e produção oficinaira de materiais que auxilie a construir novos</p>

	métodos de avaliação com vistas a qualificar o trabalho dos professores. A trilha metodológica se debruça sobre os conceitos e teorias elaboradas por autores e pesquisadores que analisam esta temática, orientando para a retomada de novas práticas que possam alcançar uma melhor qualidade no ensino e na aprendizagem da disciplina em questão. Identificar e estudar as percepções e práticas dos professores de Matemática em respeito à avaliação da aprendizagem poderá trazer informações que apontarão indicadores para o repensar da prática pedagógica e adoção de nova postura docente.
Palavras-chave (3 a 5 palavras)	Ensino; aprendizagem; avaliação diagnóstica.
Formato do Material Didático	Unidade Temática
Público Alvo	Direção, Equipe Pedagógica e Professores

2 APRESENTAÇÃO

Esta Unidade Temática tem como finalidade partilhar com alguns sujeitos do Colégio Estadual Moysés Lupion – EFM (Gestores, Pedagogos e Professores de Matemática do 6º Ano) as apreensões acerca das possibilidades de inovação das práticas avaliativas, bem como as teorias e conceitos elaborados por alguns autores que discutem o assunto com propriedades científicas, às quais devem ser revistas pela escola com a intenção de recriar uma práxis educativa tendo como alvo a aprendizagem real dos alunos da série em questão.

Considerando-se a função social da escola no sentido de socializar os conhecimentos básicos produzidos ao longo do processo civilizatório para que o aluno, de posse desses conhecimentos possa alargar suas possibilidades de exercício da cidadania plena, é importante sinalizar que a escola pública, enquanto instituição estatal não poderá deixar de responder pelo grau e nível de qualidade do ensino ofertado. Isso não significa que todas as escolas

corresponderão prontamente aos anseios da sociedade, compreendida, aqui, como uma das instituições educacionais mais importantes na formação do indivíduo. Ao contrário disso, muitas escolas apresentam respostas não satisfatórias quanto ao trabalho que desenvolvem refletidas na evasão e reprovação escolar. Isso remete a pensar que o processo de ensino e aprendizagem carece de novas propostas pedagógicas que devem movimentar a escola e em especial a sala de aula, onde professores e alunos interagem mediados pelo conhecimento.

Ocorre ainda que a aprendizagem dos alunos será avaliada através de determinadas práticas, muitas vezes dissociada desse processo, como por exemplo, a produção escrita e solitária como único recurso avaliativo, o qual muitos professores fazem absoluta questão de utilizar como instrumento avaliativo com vistas à confirmação de que o aluno, de fato, foi avaliado.

Alguns tipos de provas e testes, ao invés de possibilitar ao professor, o pensamento, o entendimento e a compreensão do aluno diante do conteúdo ensinado, acabam limitando sua habilidade e raciocínio, por ser, muitas vezes, uma forma mecânica e desconexa do processo avaliativo.

Isso não significa dizer que provas e testes devam ser rejeitados pelos professores, mas que podem ser redimensionados para propostas contextualizadas e mais próximas da realidade do aluno.

Diante da complexidade da avaliação escolar e em especial à disciplina de Matemática, a questão que norteia esta reflexão é a seguinte:

Considerando que a escola deve formar cidadãos críticos, qual deve ser proposta de avaliação no ensino de matemática que vise auxiliar para a formação de um aluno pensante, com condições para interagir significativa e positivamente na sociedade contemporânea?

Esta Produção Didático-pedagógica tenciona apresentar para os gestores, professores e pedagogos as diversas concepções acerca da avaliação, e, em contrapartida identificar e analisar as percepções dos professores de Matemática das turmas de 6º ano do Colégio em questão, através de entrevistas e discussões teóricas em reuniões específicas. Deste modo, será possível compreendermos juntos quais são os fatores que

influenciam nas práticas avaliativas, seus avanços e dificuldades, no cotidiano da sala de aula.

Sob esta perspectiva, será possível analisar criticamente a realidade pedagógica da situação ensinar/aprender versus avaliar, propondo portanto, novas orientações com vistas a avaliação diagnóstica e formativa.

3 MATERIAL DIDÁTICO

3.1 INTRODUÇÃO

Ao conhecer alguns conceitos e teorias acerca da complexa questão da avaliação e suas especificidades, considero importante contribuir com o Colégio Estadual Moysés Lupion, onde sou lotada, no sentido de levar ao conhecimento dos professores de Matemática do Ensino Fundamental alguns subsídios que possam alicerçar ou sinalizar para uma retomada de consciência pedagógica que imprima também novas práticas avaliativas na disciplina em questão. Nesta perspectiva, optei pela produção de uma Unidade Temática que verse sobre avaliação na disciplina de Matemática, suscitando também o desejo dos professores para participarem ativamente de uma organização sequencial de ações voltadas para a discussão teórica do tema e atividades oficinais que darão respaldo para compreender melhor esta tão importante função do trabalho pedagógico na relação ensino e aprendizagem que é o de avaliar o aluno e o professor, concomitantemente.

AFINAL, O QUE É AVALIAÇÃO?

Toda relação ensino e aprendizagem poderá estar fadada ao fracasso, caso o professor, enquanto mediador desta relação, não perceba a importância do processo de avaliação que deverá indicar o grau e o nível na qual esta relação se desenvolve, podendo redimensioná-la tantas vezes quanto for necessário.

SANTANA (2001, p.23) afirma que “a aprendizagem se processa por uma interação do indivíduo que aprende com o objeto a ser conhecido, o que ocorre pela ação do sujeito frente ao objeto”. Para esta autora, neste processo,

a “avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir“. Ou seja, está se avaliando quanto e como o aluno aprendeu diante daquilo que “supostamente” foi ensinado.

Paulo Freire afirma que: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Os professores reclamam de que os alunos não demonstram interesse por aprender, além de faltarem às aulas e não realizarem suas atividades, mas o Doutor Victor Henrique Paro, professor da USP, em uma de suas entrevistas para a televisão, comenta que:

“Dizer que a escola é maravilhosa e o aluno é que não comparece é a mesma coisa que dizer que uma cirurgia foi um sucesso, só que o paciente morreu”. Os professores se espantam com o desinteresse da criança. Ora, se ela tivesse interesse por si própria, ela não precisaria do professor, que ganha para isso. Você (o professor) precisaria ter sido formado para criar interesse” (Site: <http://julcirocha.wordpress.com>).

No papel de articulador e mediador entre o objeto de estudo e o indivíduo, cabe ao professor auxiliar o educando para que este encontre sentido naquilo que se está a ensinar, ou seja, estímulo para aprender algo significativo e importante para a sua vida. Embora isso possa parecer uma tarefa difícil a considerar as barreiras que o professor enfrenta como salas superlotadas; tempo insuficiente para o respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno, entre outras coisas mais. É muito importante frisar que o trabalho do professor não pode ser realizado isoladamente e sim dentro da perspectiva coletiva. Os demais professores e educadores da escola devem se preparar para o trabalho consensualizado e não fragmentado como se vê comumente nas unidades escolares. Isso remete a pensar que o Projeto Político Pedagógico escolar deve apontar para objetivos claros quanto ao atendimento individualizado ao aluno, tantas quantas forem as vezes em que o mesmo necessitar com vistas a auxiliá-lo a sanar suas próprias dificuldades frente aos estudos.

CONCEITOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação educativa é um processo complexo, que começa com a formulação de objetivos e requer a elaboração de meios para obter evidência de resultados, interpretação dos resultados para saber em que medida foram os objetivos alcançados e formulação de um juízo de valor (Sarabbi, 1971).

Para este autor não se pode pensar em avaliar o conhecimento de um aluno, sem antes ter claro quais são os objetivos que se quer alcançar e com que meios e recursos há de se conhecer os resultados deste tipo de interpretação.

Muitos professores propõem instrumentos de avaliação sem critérios pré-estabelecidos e muito menos compartilham seus resultados com os alunos, posto que se “sentem ameaçados” pelos possíveis questionamentos e críticas que seus alunos poderão fazer.

Para Kraemer (2006), avaliação vem do latim, e significa valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo. É um instrumento valioso e indispensável no sistema escolar, podendo descrever os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos apropriaram. Sendo assim a avaliação revela os objetivos de ensino já atingidos num determinado ponto de percurso e também as dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

A avaliação é percebida sob o ponto de vista diagnóstico, posto que, neste caso, oferece elementos significativos ao professor no sentido de perceber quais objetivos já foram atingidos e quais as dificuldades encontradas por parte do ensinante e do aprendiz.

Na visão de Luckesi (2006, p. 9) a avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, portanto subsidiária de um processo, de um movimento construtivo. Portanto, é um instrumento de busca de construção, por isso funciona articulado com um projeto pedagógico que se assume, que se crê e se efetua construtivamente.

Não se pode admitir, portanto, que ainda existam professores realizando práticas avaliativas distantes ou que ignorem parcial ou completamente do projeto político e pedagógico da escola. Essas práticas, não estariam

legitimadas pelo sistema escola, podendo desvincular-se completamente da uma educação, sob a ótica da pedagogia progressista.

A avaliação na concepção de Both (2007) vem atrelada ao processo, onde se direciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades propostas, tanto para o aluno quanto para o professor, ficando em um processo comparativo. Porém na visão do autor, o foco principal é a qualidade do ensino, ultrapassando os limites da verificação.

Segundo Demo, refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos. Deste nível de compreensão, situam-se os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados às finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999, p.01).

Observa-se que ensinar e avaliar são ações sempre atreladas a demandas de reflexão, planejamento, elenco de objetivos, tendo como base o entendimento da articulação ao processo educativo, social e político.

A avaliação na concepção de Libâneo (1994, p. 195):

“uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar (Libâneo, 1994).

Para o autor, a avaliação é compreendida dentro de um processo de ensino e aprendizagem, onde o professor terá a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento dos educandos, “passo a passo” no sentido de constatar os avanços e dificuldades, objetivando reorientar o seu trabalho através de retomadas metodológicas. Ou seja, a avaliação será para o professor um objeto de reflexão a respeito do nível quantitativo e mais do que isso, qualitativo do trabalho escolar. Isso significa dizer que não somente o professor poderá conhecer e compreender o nível de compreensão dos alunos, como também poderá reavaliar os seus conceitos, seus métodos e suas aplicações

quanto ao ensino e a própria forma de avaliar aquilo que “supostamente” ensinou.

Na concepção tradicional de ensino, considera-se o conhecimento como algo pronto e acabado levando o processo avaliativo a acompanhar o modelo fechado de ensino e de aprendizagem como um sistema de medidas, efetuado de maneira objetiva e terminal, através de instrumentos avaliativos que irão selecionar e classificar os alunos. Nesta perspectiva, o professor é o centro do processo educacional, dirigindo a aprendizagem do aluno e, este por sua vez, é concebido apenas como um receptor de informações e do seu armazenamento na memória. A este tipo de educação Paulo Freire chama de “educação bancária”, onde a escola compreende o aluno como um depósito de gavetas em que os conteúdos vão sendo memorizados de forma justaposta, sem conexões que possibilitem ao aluno compreender o todo e fazer a elaboração, a síntese e a exposição do conhecimento.

Diferentemente desta proposição, na concepção construtivista, o ensino e aprendizagem se dão na perspectiva interacionista ou sócio-interacionista, onde o objeto do conhecimento se estrutura através do ato de pensar, se concretizar através da abordagem oral e, conseqüentemente na ação do sujeito que aprende, na interação entre as estruturas do pensamento e do meio em que vive. Neste caso, Almeida (2006) observa que este conceito repousa sobre três situações distintas: o sujeito que aprende, o conhecimento como objeto de aprendizagem e o meio social em que o sujeito interage, através de seus conhecimentos.

A avaliação, nesta concepção, considera o professor como cooperador e co-responsável pela relação ensino e aprendizagem, bem como pelos resultados obtidos, fornecendo pistas sobre o processo educativo – seus avanços ou não – de modo a analisar freqüentemente para modificar suas práticas para ajustar-se às necessidades do educando, enquanto aprendiz. Somente assim, pode-se dizer que há um processo pedagógico vivo organizado de modo a refazer os caminhos da trajetória do ensino e da aprendizagem, como uma via bem sinalizada. O processo avaliativo na perspectiva construtivista concebe o ensino significativo que deve adequar-se num “devir” constante respaldado pelos processos de pensamento do aluno, pela sua trajetória humana e escolar, de forma mais dinâmica em que tanto o

professor quanto o próprio aluno podem rever juntos as perdas e ganhos e as possibilidades de novas posturas para superar as dificuldades de ambos.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A respeito de instrumentos de avaliação – provas e exames - Luckesi (2000) afirma o seguinte:

As provas são recursos técnicos vinculados aos exames e não à avaliação. Importa ter-se claro que os exames são pontuais, classificatórios, seletivos, anti-democráticos e autoritários; a avaliação, por outro lado, é não pontual, diagnóstica, inclusiva, democrática e dialógica. Como você pode ver, examinar e avaliar são práticas completamente diferentes. As provas (não confundir prova com questionário, contendo perguntas abertas e/ou fechadas; este é um instrumento; provas são para provar, ou seja, classificar e selecionar) traduzem a ideia de exame e não de avaliação. Avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa. Os exames, através das provas, engessam a aprendizagem; a avaliação a constrói fluidamente (LUCKESI, 2000, p. 170).

Sob a perspectiva do autor, compreende-se que as provas classificam e selecionam já a avaliação é vista como um instrumento facilitador da aprendizagem, no sentido de que através deste ato, professor e alunos procurarão encontrar novos caminhos a partir dos resultados encontrados diante do ensino e da aprendizagem.

Avaliar a aprendizagem implica acompanhar e reorientá-la permanente, através de um ato rigoroso e diagnóstico, com vistas a obter os melhores resultados possíveis, frente aos objetivos elencados pelo professor. Para tanto, será necessário estabelecer critérios quanto ao tempo, construção, aplicação e questionamento dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não realizada por parte dos alunos.

Para Luckesi, (2000) “a questão central da prática da avaliação na escola não está nos instrumentos, mas sim na postura pedagógica e conseqüentemente na prática da avaliação”.

FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Para Libâneo, (1994, p. 196) pode-se definir a avaliação escolar como “um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas”.

Para Luckesi, o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: **diagnosticar e decidir**, ou seja, não há possibilidade de se tomar qualquer decisão sobre algo ou alguém sem antes realizar um diagnóstico. O autor afirma ainda que um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado.

A avaliação exige um diagnóstico prévio do seu objeto que pode ser um espaço, um projeto, uma ação, a aprendizagem. Neste caso, é preciso constatar o que aluno apresenta como aprendido sobre aquilo que se vai ensinar. A constatação oferece a “base material” para a segunda parte do ato de diagnosticar, que é qualificar, ou seja, atribuir uma qualidade, positiva ou negativa, ao objeto que está sendo avaliado.

A avaliação diagnóstica, para a professora Sandra Zákia L. Souza, da Universidade de São Paulo (2011, p.24), considera a caracterização do aluno (interesses, necessidades, conhecimentos/habilidades); a identificação da aprendizagem dos alunos, tendo em conta os objetivos educacionais estabelecidos; a identificação das causas das dificuldades de aprendizagem. Além disso, a autora coloca ainda que nesta perspectiva, a avaliação apresenta a característica diagnóstica porque também oferece ao professor condições de diagnosticar a sua própria prática educativa, podendo auxiliar para a reflexão e a retomada de ensino, necessárias à aprendizagem real do educando.

Outro ponto de vista importante no que diz respeito à avaliação refere-se à sua característica formativa.

Adotando uma perspectiva construtivista da aprendizagem, é atribuído ao aluno, um papel central, não deixando de ser essencial o papel do

professor, este passa, sobretudo a assumir a responsabilidade de construir e propor contextos favoráveis adequados à aprendizagem do aluno.

A avaliação formativa passa então, a ser vista como um processo de acompanhamento do ensino e aprendizagem. Seu objetivo é, acima de tudo, ajudar a compreender o funcionamento cognitivo do aluno em face de uma dada situação proposta. Não é a correção do resultado o seu foco de atenção, mas antes a interpretação que procura a compreensão dos processos mentais dos alunos. É nesta perspectiva, segundo Black (2005) que o erro assume um valor de grande importância, pois é através dele que se pode compreender os processos mentais do aluno.

De outro modo, parece ser importante fazer menção à avaliação de caráter somativo, classificada por Bloom in: Menezes (2002), que ocorre ao final do ensino com a finalidade de verificar o que o aluno, efetivamente conseguiu aprender. Para o autor, a classificação da avaliação é a de clarear os objetivos do sistema educacional, sendo um apoio aos profissionais de educação, criando assim facilidades para mensurar seus objetivos e auxiliar os alunos a fazerem um *feedback* de suas limitações e avanços. (*Bloom* cita ainda os domínios afetivo e psicomotor), na qual não são classificados relacionamentos de professores e alunos, materiais de ensino empregados, ou mesmo o conteúdo, mas sim, o comportamento esperado, ou seja, os modos em que os alunos devem agir, pensar ou sentir como resultado de sua participação em algum conteúdo.

CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi (1984) para que a aprendizagem seja significativa para o aluno é necessário haver relação com as suas experiências e vivências, permitindo, pois a formulação de problemas que incentivem o ato de aprender, desencadeando mudanças e contribuindo para a utilização daquilo que se aprender em outras e diferentes situações.

Sendo a aprendizagem significativa, os critérios avaliativos decorrerão de objetivos claros relacionados aos conteúdos que apresentam relevância dentro da disciplina, “a partir dos mínimos necessários para que cada um possa participar democraticamente da vida social” (Luckesi, 1984). Neste caso,

os critérios refletem uma expectativa, um padrão de desempenho estabelecido a partir dos objetivos e conteúdos propostos, cabendo ao professor defini-los para avaliar o conhecimento do aluno.

Considerando o pressuposto acima, os critérios devem ser pensados quando se está elaborando o Plano de Trabalho docente e devem acompanhar a prática pedagógica. Batista (2008) “ousa defini-lo como o detalhamento do conteúdo, ou seja, a essência do mesmo, que o torna imprescindível para compreensão do conhecimento na sua totalidade.” Nesse sentido, os critérios funcionam como condição para acompanhar o processo de aprendizagem do aluno, servindo de base para o julgamento do nível de aprendizagem e, conseqüentemente para clarear ao professor a sua própria prática, com vistas a modificá-la, se necessário fora e quase sempre, ele percebe que é importante buscar outras formas de ensinar.

Critérios de avaliação, portanto, não são instrumentos e nem são medidas da avaliação. José Eustáquio Romão (1998) afirma que “os critérios sinalizam as etapas da identificação do que vai ser avaliado”.

Considerando que o processo avaliativo deve ser coerente com aquilo que se ensinou, os instrumentos utilizados pelo professor devem refletir os critérios estabelecidos, de modo a obter dados da aprendizagem significativa de acordo com os níveis de desenvolvimento cognitivo explicitados nos objetivos elencados no plano do professor. Bloom (1956) faz referência a importância da elaboração dos instrumentos de avaliação de forma diversificada, os quais devem ser utilizados em inúmeras oportunidades.

A partir desta proposição de Bloom, entende-se que a avaliação não é definitiva, fechada ou plasmada, como o é para muitos professores; posto que na escola, em geral, eles se prendem às suas normas e regimentos não ofertando novas oportunidades ao aluno para apresentar aquilo que conseguiu aprender ou não e isso acaba se transformando num jogo de forças, onde o aluno se sente ameaçado constantemente pelo medo da reprovação. Deveria ser o contrário, conforme o que diz Luckesi, (1996):

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que avaliação por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de

juízo (...) que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para então (e só então), julgar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. Luckesi, (1996, p. 172, 173).

Para o autor, a avaliação como ato amoroso, tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso de uma aprendizagem satisfatória ao aluno, onde ele pode e deve integrar suas diversas experiências vividas e estar disposto, com novos conhecimentos, a trilhar seus caminhos compartilhando nos diversos grupos dos quais faz parte, enquanto ser pensante e interventor da realidade – social e histórica.

A fim de concluir esta parte, importa frisar ainda que para cumprir a função da avaliação como auxiliadora da aprendizagem, o professor deve, segundo Luckesi (1996, p. 177), “ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar (...))”. Neste caso o professor deverá respeitar suas formas de ser e de se expressar e, através dela, conhecer os universos de seus alunos e com eles exercitar uma troca dialógica, reorientando suas aprendizagens e a aprendizagem deles, com vistas ao desenvolvimento humano de social de cada um.

4 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As ações preveem um plano de trabalho contando com a participação de alguns sujeitos envolvidos diretamente com a proposta de intervenção pedagógica, no decorrer do ano letivo de 2013, o qual poderá servir de orientação para qualquer outra escola que queira fazer uso do mesmo.

Na primeira reunião a pauta será a apresentação e detalhamento do Plano de Ação para a intervenção pedagógica. Os sujeitos envolvidos serão a Direção, Equipe Pedagógica e Professores de Matemática do Ensino Fundamental. Os recursos utilizados serão slides sendo que a exposição possibilitará reflexões e sugestões do Grupo.

No segundo encontro a Ação prevê uma discussão mais aprofundada da temática com fragmentos textuais impressos, uma vez que a Equipe já tomou

conhecimento e pode contribuir trazendo suas dúvidas e dificuldades. Os textos escolhidos permitirão que o professor possa estruturar formas de avaliação e trabalhar em sala para que na próxima reunião do Grupo haja maior interação com a Temática.

A terceira reunião será um momento de diagnosticar as necessidades dos alunos frente aos instrumentos avaliados com alunos do 6º ano do ensino fundamental. Será registrado em fichas apropriadas para o apontamento das necessidades dos alunos quanto às avaliações feitas na Disciplina de Matemática.

No quarto encontro além do debate anterior serão utilizado os dados referentes à pesquisa realizada com os professores de Matemática referente a questão da avaliação à luz de teorias que sustentam o processo avaliativo.

Esta prevista duas reuniões com característica de Oficina para apresentar aos participantes Trechos de Filmes que versam sobre avaliação escolar, fragmentos de avaliações escritas, fragmentos textuais coletados do material didático desta unidade e o resultado do diagnóstico do pensamento dos alunos sobre avaliação.

A finalização do trabalho para esta etapa será apresentar aos participantes as várias possibilidades de avaliação, para análise crítica dos mesmos e elaborar avaliações contextualizadas, nos mais diversos formatos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Laura Isabel Marques V. de. **Concepções de Professores em Avaliação e Educação Matemática: “Encontros E Desencontros”**. Dissertação de Mestrado/UFMT, 2006.

BATISTA, A.M.P. Critérios de avaliação com enfoque no Ensino Médio, OAC. PDE SEED, 2008.

BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: a filosofia do conhecimento**. 1ª Edição, Curitiba, PR: IBPEX, 2007.

DEPRESBITERIS, L. Instrumentos de avaliação: a necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos. In: Revista Aprendizagem, Pinhais: Editora Melo, ano 1, nº 1 – jul/ago 2007.expressam o rendimento de cada escola.

DEMO, **Educação e Qualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 216

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção, da pré-escola à Universidade**. 30 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliação, Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1991.

KRAEMER, M. E. P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. 19/07/2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**, Coleção Magistério 2º Grau, Série Formação do Professor, São Paulo, Editora Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **A Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais**. Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 4, n.2, p. 79-88, 2002.

_____. **Avaliação Educacional: para além do autoritarismo**. 10. Ed. Rio de Janeiro, Cortez, 1983.

_____. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Avaliação da Aprendizagem e prática**. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil e publicada no dia 21.07.2000, www.luckesi.com.br – Acesso em 08/04/12

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Avaliação somativa" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002,

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=299>, visitado em 20/5/2012.

ROMÃO, José E. **Avaliação dialógica** – desafios e perspectivas. 6.ed. Cortez, 2005

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e Instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUSA, S. Z. L. **Avaliação: debater é preciso**. Revista Avaliação Educacional, São Paulo, p. 16-29, set. 2011.

Sites:

<http://julcirocha.wordpress.com> - Acesso em 08/04/12

BLOOM, B.S. et al. *Taxionomia de objetivos educacionais - domínio cognitivo*. Porto Alegre, Globo, 1973.